

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## GÊNERO NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORAS E PROFESSORES DE HISTÓRIA EM PERNAMBUCO

Raquel Costa Antas

Mestra em Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Universidade Federal Rural de Pernambuco

raquel.costa@ead.ifpe.edu.br

### **Resumo:**

O presente trabalho é uma apresentação de pesquisa em desenvolvimento que objetiva compreender como o campo de estudos de gênero tem emergido no currículo de formação inicial docente, na área de história. Apresentaremos uma discussão que pretende entender como gênero, enquanto campo de estudos, tem se materializado no processo formativo de professoras/es no estado de Pernambuco. As fontes elencadas para o desenvolvimento da pesquisa são entrevistas e documentos (matrizes, perfis e ementas de componentes curriculares, legislações de educação etc). Consideramos relevante a inclusão das questões de gênero em espaços formais de educação, pois, sendo silenciadas ou não, estas compõem estes espaços, da mesma forma que se fazem presentes na sociedade como um todo. Ressaltamos que as teorias de gênero são ferramentas tanto teóricas quanto políticas que desestabilizam “certezas” que foram historicamente e culturalmente instituídas através de inúmeros discursos construídos em diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, procuraremos contribuir para compreensão de como a história tem sido ensinada e de como a apropriação de ferramentas teóricas tem estabelecido relações com fontes históricas, a partir da perspectiva de gênero.

**Palavras-chave:** gênero, ensino de história, formação docente.

### **Introdução**

Este artigo pretende apresentar, de forma breve, o projeto de pesquisa intitulado “Ensino de História: O Campo de Estudos de Gênero no Currículo de Formação Inicial Docente” a ser desenvolvido durante o curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, cujo objetivo é compreender como o campo de estudos de gênero tem emergido no currículo de formação inicial docente, na área de história

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Segundo Joan Scott, gênero “é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Ou seja, gênero designa constructos sociais, a partir de um corpo sexuado, e estabelece relações hierarquizadas entre diferentes sujeitos, marcando suas relações, interferindo na sociabilidade e individualidade destes.

Enquanto mulher, feminista e profissional da educação, inquietações a respeito das desigualdades de gênero (e de outros marcadores, como raça e etnia, sexualidade, classe social etc.), no espaço escolar, foram experienciadas no decorrer da minha vida, desde vivências enquanto estudante dos ensinos Fundamental e Médio, perdurando na graduação em Licenciatura em História e, ainda com mais percepção e nitidez, na vida profissional.

Além disto, experiências, observações, partilhas e debates com outras pessoas, sobretudo mulheres, contribuíram para a percepção das diferenças hierarquizantes, segregadoras e discriminatórias que caracterizam as relações de gênero na sociedade em que vivemos. Estas questões são fatores relevantes nas experiências coletivas e individuais, nas diversas esferas sociais, dentre elas, a escola.

Tais inquietações foram mola propulsora para o desenvolvimento de pesquisa realizada durante o curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Pernambuco (UPE), concluído com a dissertação intitulada “Perspectiva de gênero na escola: vivências a partir de uma política pública do Estado de Pernambuco” (2018). O objetivo foi discutir a relevância da inclusão da perspectiva de gênero nas escolas, através da análise do desenvolvimento do subprograma Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra Mulher<sup>1</sup>, promovido pela Secretaria da Mulher de Pernambuco, em parceria com a Secretaria de Educação e Esportes do estado. Dessa forma, partimos da implementação deste subprograma, fruto de uma política pública, para as vivências dentro de uma instituição escolar. Ou seja, através de um estudo

---

<sup>1</sup> O subprograma Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra Mulher (NEG), com início em 2009, possui o objetivo de fomentar a construção de conhecimento em gênero no ensino formal, tanto em escolas públicas quanto em Instituições de Ensino Superior. Os núcleos são, de acordo com a SecMulher, unidades promotoras de ações de formação, pesquisa e extensão. Tem como finalidade o desenvolvimento de práticas comprometidas com transformações sociais, a partir da promoção dos direitos da mulher e da equidade entre os gêneros (ANTAS, 2018).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de caso de cunho etnográfico, buscamos compreender o funcionamento de uma política pública de fomento da inclusão da perspectiva de gênero no cotidiano de uma escola.

Dentre os resultados da citada pesquisa, pudemos constatar que a falta de formação docente (sobretudo a inicial) no que se refere ao campo de estudos de gênero, no âmbito educacional, foi um problema frequente elucidado por professoras/es nas entrevistas e questionários realizados, mesmo entre aquelas/es que coordenavam um núcleo de estudos de gênero na escola em que atuavam. Este achado nos intrigou ainda mais a respeito desta questão.

A partir disto, e voltando o olhar para a minha trajetória de estudante de Licenciatura em História, somado a vivências profissionais e trocas de experiências com colegas professoras/es de história, mais os resultados da pesquisa realizada durante o curso de mestrado (como citado), surgiu o interesse em investigar como o campo de estudos de gênero tem se materializado no currículo de formação inicial docente em história, direcionando nosso olhar para as disputas que marcam este cenário.

A formação do professor de História da sociedade brasileira nos dias atuais nos permite refletir acerca das relações do processo de formação e prática do profissional professor e da sua realização com a dinâmica social no mais abrangente contexto sócio/histórico no tocante a questões sociais, políticas, econômica e cultural e as próprias contradições enfrentadas ao longo do processo e da prática pedagógica entre professores e alunos, em nosso país (VIANA, 2017, p. 31)

Analisar a formação docente na área de história, através do currículo das instituições elencadas como *locus* da pesquisa, a partir da perspectiva de gênero é o que objetiva esta pesquisa em desenvolvimento. Apresentaremos a seguir um breve debate entre a relação do campo de estudos de gênero com a historiografia e o ensino de história, assim como, pontuaremos a proposta metodológica a ser utilizada.

## **O Debate**

Consideramos relevante discutir a temática da inclusão da perspectiva de gênero e diversidade sexual no currículo como forma de desnaturalizar comportamentos que

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

foram socialmente instituídos e que são constantemente ratificados e reforçados através do que Judith Butler nomeia de performatividade.

A performatividade não é, assim, um “ato” singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o *status* de ato do presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição. Além disso, esse ato não é primeiramente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, inversamente, sua teatralidade ganha uma certa inevitabilidade, dada a impossibilidade de uma plena revelação da sua historicidade). (BUTLER, 2016, p. 166)

A partir desta pesquisa, pretendemos analisar como gênero, enquanto campo de estudos, configura-se nesse processo de formação inicial docente na área de história. Procuraremos compreender se e como aparece, quais as lentes, em que momento é pontuado, se emerge de forma transversal ou disciplinar, ou seja, como se estrutura no currículo, através da compreensão das forças, disputas e as estratégias de inclusão / exclusão.

A discussão acerca do currículo não se limita a conceito técnico como aconteceu em outros momentos históricos. Discuti-lo de forma crítica é extrapolar esses problemas entendendo que o campo do currículo está influenciado por valores sociais e princípios educacionais no qual é necessário que se defina no contexto de referencial histórico, teórico, político e cultural.

As decisões no campo do currículo incluem compromissos sociais e políticos. E então ele toma corpo social em questão. E isso implica conhecer as visões filosóficas a respeito do mundo, do homem, da educação. Significados estes atribuídos às representações e práticas sociais no reconhecimento do campo simbólico e do reconhecimento da identidade (VIANA, 2017, p. 35)

Os currículos são vivências, tanto teóricas quanto práticas, que refletem concepções de sociedade, a cultura e o tempo histórico, reverberando os entendimentos de educação que compõem os diversos processos educativos. Ou seja, o currículo é uma construção social regida pelas relações de poder presentes em várias instâncias da sociedade, dentre elas as instituições de ensino. “Desse modo, o currículo é permeado por conflitos, lutas políticas que se complexificam no movimento de validação das diferenças no espaço pedagógico” (SANTOS, 2016, p.88). Um currículo mais plural, que

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

compreenda as multiplicidades e desnaturalize comportamentos considerados típicos para cada gênero é imprescindível para uma educação mais inclusiva e equânime.

O conceito de gênero é uma ferramenta tanto teórica quanto política. Teoricamente este conceito carrega em si práticas e representações plurais sobre as identidades de gênero e sexualidade, compreendendo que estas são variáveis nas diversas sociedades e tempos históricos. Segundo Peter Burke (2005), este conceito ganha força na historiografia, a partir da década de 1980, com a chamada nova história cultural.

Joana Maria Pedro afirma que

Entre as historiadoras e os historiadores que passaram a seguir a tradição da historiografia dos Annales – que pretendia ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns –, tornou-se mais fácil escrever uma história que incluísse as mulheres. A proposta do método regressivo de Marc Bloch no seu livro-testamento “O ofício do Historiador”, permite-nos pensar no passado não só pelas questões do presente, como, também, observar outras fontes, além das unicamente oficiais e narrativas. Assim, com os pés plantados no seu tempo, a historiadora ou o historiador que se engaja nesta tradição não poderia ficar alheia (sic) aos movimentos sociais das mulheres em suas múltiplas configurações, nos múltiplos feminismos que, desde meados do século XIX, reivindicavam direitos e o fim das hierarquias baseadas no sexo. (PEDRO, 2005, p. 85)

Os estudos de gênero adentram na disciplina através da história das mulheres, ligada, sobretudo, a história cultural e social, conforme Zarbato (2015) e Oliveira (2017). Com a consolidação deste campo teórico, houve um desligamento da categoria mulher, ampliando-se para outras questões relacionadas ao sistema gênero/sexo/desejo, ligado efetivamente ao campo de estudos de gênero.

O conceito de gênero é utilizado para designar construções socioculturais, a partir de corpos sexuados, imputando-lhes diferenças desde o nascimento. Para Scott, “o uso do ‘gênero’ coloca ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 76).

Ao analisar a historiografia a partir desta categoria, podemos compreender que a disciplina história é, também, um dos fatores de produção da diferença sexual, pois não havendo neutralidade na narrativa histórica, uma vez que enfatiza eventos protagonizados

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

por determinados sujeitos (sobretudo homens cisheterossexuais), em detrimento de outros, deve ser compreendida como produtora de gênero, ou seja, generificada (PEDRO, 2005).

Esses debates historiográficos, que dialogam com os aportes teóricos da história cultural, também se fazem presentes nos saberes relacionados ao ensino de história, trazendo novas perspectivas e rompendo com ideias que se limitam a pensá-lo apenas a partir de métodos. Para Fonseca (2017), é imprescindível compreender a complexidade das relações presentes na escola a partir de representações políticas, dos interesses, do imaginário, das disputas e das referências culturais que estão presentes nas ações dos sujeitos envolvidos.

A utilização da categoria gênero por historiadoras/es na produção da disciplina história é algo que já possui certo reconhecimento e consolidação, tendo em vista o aumento de pesquisas, a criação de um grupo de trabalho na ANPUH<sup>2</sup> e o surgimento de linhas de pesquisas em programas de pós-graduação por todo o Brasil, direcionadas para estas temáticas. No campo da educação esta discussão também está bastante sólida, com uma ampla produção acadêmica, com a consolidação do Grupo de Trabalho 23 da ANPEd<sup>3</sup> (Gênero, Educação e Sexualidade), com o debate e atuação na construção de políticas públicas educacionais e seu uso no saber escolar (através de currículos, práticas e recursos didáticos que agregam esta perspectiva). Entretanto, no que se refere ao ensino de história, podemos afirmar que este ainda é um debate incipiente, porém, não podemos nos furtar de ratificar sua relevância para desnaturalização de estereótipos de gênero e sexualidade.

Analisar o atual cenário de políticas educacionais e a formação de futuras/os professoras/es desta disciplina, no que se refere às temáticas de gênero, foi o que motivou a proposta desta pesquisa, a fim de compreendermos em que medida o campo de estudos de gênero tem se materializado na formação inicial docente em história.

---

<sup>2</sup> Associação Nacional de História

<sup>3</sup> Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## A pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa, optamos por utilizar como *locus* duas instituições de ensino superior, situadas na cidade do Recife (capital do estado de Pernambuco). Dessa forma, foram escolhidas a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE), ambas instituições com significativo reconhecimento acadêmico, com programas de pós-graduações consolidados, com cursos de mestrado e doutorado, e relevante contribuição para a formação de professoras/es de história.

O intuito é compreender como o currículo destes cursos de licenciatura, na modalidade presencial, tem se estruturado e se contemplam temáticas referentes à perspectiva de gênero. Partimos da compreensão de que esta presença / ausência é uma decisão política, fruto das relações entre os sujeitos, das atuais legislações e políticas de educação, do tempo histórico e do contexto em que está inserido. “Todo texto e documento são frutos de uma relação social. Essa relação enuncia por quem e como ele (o texto) foi produzido” (VIANA. 2017, p. 23)

Como categorias de análise utilizaremos gênero e currículo, partindo de uma lente pós-estruturalista dos estudos de gênero, compreendendo que o pós-estruturalismo questiona a ideia de estruturas fixas e objetivas de significação de relações sociais, que são a base do estruturalismo (PEDRO, 2005). Obras de Judith Butler (para os estudos das relações de gênero), Guacira Lopes Louro (no que se refere ao campo de estudos de gênero no âmbito educacional), Joana Maria Pedro (no que tange a debates historiográficos), Tomaz Tadeu Silva (para as teorias de currículo) e Maurice Tardiff (para questões referentes a formação docente), entre outras/os autoras/es, irão compor o quadro teórico, situado em uma zona de fronteira, transversando os estudos de gênero entre os campos da história e da educação.

Compreendemos a categoria gênero a partir de uma perspectiva relacional, nas quais as relações de poder são expressas de formas materiais e simbólicas. Segundo Jane Felipe, o pós-estruturalismo “tem contribuído de forma significativa para a compreensão das relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres e entre os diversos

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

grupos sociais, conferindo a uns mais *status* e poder do que a outros” (FELIPE, 2007, p. 82).

A respeito da categoria currículo, julgamos que as teorias pós-críticas responderão melhor nossos questionamentos, pois, avançam em relação a dinâmicas culturais das diferenças (raça, etnia, gênero, sexualidade etc.), com foco em relações discursivas, sutilezas e relações de poder, o que coincide com os objetivos pretendidos pela pesquisa em desenvolvimento. Como exemplos podemos citar a pedagogia feminista e o multiculturalismo crítico (SILVA, 2015).

Será nos debruçando sobre os interesses (explícitos e implícitos) e as questões conceituais de currículo que procuraremos compreender de que forma o campo de estudos de gênero tem se configurado na formação inicial de professoras/es de história, a partir do *locus* e metodologia elencados, compreendendo os processos que aí se reverberam.

A proposta é realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa, que “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (BOGDAN E BIKLEN, 1982 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 13).

Afora o aporte teórico, utilizaremos como fontes documentos como legislações e políticas educacionais, matrizes, perfis e ementas de componentes curriculares, além de outros documentos institucionais. Também faremos uso de entrevistas semiestruturadas com docentes que desenvolvam trabalhos com temáticas ligadas ao campo de estudos de gênero. A intenção é identificar a presença / ausência das temáticas de gênero e analisar suas representações.

Faremos o levantamento de quais disciplinas e propostas pedagógicas incluem a perspectiva de gênero, seja de forma disciplinar ou transversal, a fim de identificarmos como esse campo de estudos tem emergido nesse processo de formação inicial docente. Possíveis ausências também serão consideradas como dado a ser apreciado. A análise dos documentos referentes às atuais legislações educacionais (como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e



## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica) são considerados fundamentais para a compreensão do cenário em que estas formações estão se desenvolvendo. Dessa forma, faremos uma análise de como esses currículos são estruturados, a partir da categoria gênero.

Somado a estas fontes documentais, optamos pela realização de entrevistas com docentes, da UFPE e UFRPE, que incluam temáticas de gênero nas disciplinas por elas/es ministradas nos cursos de licenciatura em história e/ou seja membro de grupos de pesquisa e/ou desenvolva projetos de pesquisa ou extensão com tais temáticas e/ou faça parte do Grupo de Trabalho Estudos de Gênero da ANPUH – Pernambuco. O objetivo de realizar entrevistas é compreender os processos que não estão expostos ou esgotados nos documentos analisados. O quantitativo de sujeitos a serem entrevistados será definido no decorrer da pesquisa, de acordo com os dados encontrados. Todas as entrevistas serão gravadas e transcritas.

Os documentos utilizados como fontes serão organizados em um banco de dados para posterior análise. Este banco de dados, além de conter integralmente todos os documentos a serem analisados, também contará com um quadro de referências estruturado a partir dos recortes que considerarmos mais relevantes, de cada documento, dando assim maior visibilidade. Além disto, serão construídas planilhas com as ementas de cada disciplina que tivermos acesso (separadas por instituição), que serão classificadas de acordo com o *status* de presença /ausência das citadas temáticas, a fim de termos uma ideia do quantitativo. Em caso de constatação das temáticas, faremos a descrição de como e quando aparecem. As entrevistas, após transcritas, serão organizadas cronologicamente em um diário. De acordo com o desenvolvimento da pesquisa essa estrutura poderá ser modificada para melhor atender aos objetivos propostos.

Para análise de dados, pretendemos fazer uso da análise de conteúdo, que visa proporcionar a escuta de palavras, imagens, textos e discursos, na tentativa de passar do uno para o múltiplo, compreendendo fontes diversas (BARDIN, 2016).

Bardin afirma que a análise de conteúdo é:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes)

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas — desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos — é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: A inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, pelo latente, o não aparente, o potencial inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem (BARDIN, 2016, p. 15.)

A partir disto, procuraremos entender as entrelinhas, o político, o inconsciente, o dito e o não dito nas falas dos sujeitos e nos documentos selecionados. O intuito da análise de conteúdo é utilizar procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo de mensagens, muito embora isso não seja suficiente para definir sua especificidade (BARDIN, 2016).

## **Considerações Finais**

Com o desenvolvimento desta pesquisa pretendemos colaborar para o debate entre formação docente, estudos de gênero e ensino de história. A intenção é compreender em que medida o campo de estudos de gênero tem impactado na formação inicial docente de futuras/os professoras/es de história, analisando como a construção do currículo elenca os saberes que são considerados imprescindíveis para essa formação, selecionando quais devem ser contemplados (em detrimento de outros), a partir da perspectiva de gênero. Como dito, o intuito é compreender as representações dessa presença / ausência, suas implicações e motivações.

Compreendemos que a escolha dos conteúdos que compõe um currículo é fruto das disputas e das relações entre os sujeitos, dos seus entendimentos do que é educação e qual seu papel, ou seja, da escolha daquilo que deve ser ou não ensinado por quem detém este poder.

Consideramos imprescindível que a formação docente contemple a perspectiva de gênero, que currículos sejam repensados, que os sentidos e as entrelinhas da linguagem sejam compreendidos e que estas reflexões sirvam de caminho para mudança, pois, segundo Joan Scott “através da linguagem é constituída a identidade generificada

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(gendered)” (SCOTT, 1995, p. 82). A oferta da educação com qualidade diz respeito a garantia do acesso a todas as pessoas e o respeito às diversas identidades (com suas várias categorias), através de currículos e práticas docentes que rompam com normatizações, hierarquias e privilégios.

Dessa forma, a tese a ser elaborada ao término do desenvolvimento da pesquisa pretende trazer o debate de gênero de forma transversal, dialogando tanto com a historiografia e o ensino de história quanto com questões tão caras para o campo da educação, como currículo e formação docente, a partir do referencial teórico e das fontes elencadas.

## Referências

ANTAS, Raquel Costa. **Perspectiva de Gênero na Escola: Vivências a Partir de Uma Política Pública do Estado de Pernambuco**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Tradução: Sérgio Goes de Paula – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BUTLER, Judith. **Corpos que Pesam: Sobre os Limites Discursivos do “Sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Tradução dos artigos de Tomaz Tadeu da Silva. 3. Ed.; 2. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2016, p. 153-172

COSTARD, Larissa. **Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História**. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 4, n. 1, jan./jun. 2017

FELIPE, Jane. **Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas**. **ProPosições**, v. 18, n. 2 (53) - maio/ago. 2007.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & ensino de História**. 4ª ed.; 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-estruturalista**, 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

\_\_\_\_\_. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Tradução dos artigos de Tomaz Tadeu da Silva. 3. Ed.; 2. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2016, p. 09-34.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. 10. reimp. São Paulo: EPU, 2007.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. Ensino de história e questões de gênero: observações a partir do Projeto “Os Jovens e a História”. **Revista História Hoje**, v. 6, nº 12, p. 231-249, 2017.

PEDRO, Maria Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v.24, N.1, 2005, p.77-98.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. **As Contribuições do Currículo da Formação Para a Prática Pedagógica Docente com Gênero e Sexualidade na Educação Básica**. 2016. 401 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul. / dez., 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo**, 3. Ed.; 7. Reimp., Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015.

UNBEHAUM, Sandra G. **As Questões de Gênero na Formação Inicial de Docentes: Tensões no Campo da Educação**. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Programa de Pós-graduação Educação/Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

VIANA, Herika Paes Rodrigues. **A Formação de Professores de História: Articulação, teoria e prática**. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. As estratégias do uso do Gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.4, nº8 jan-jun, 2015.p.49-65.